Um panorama dos acervos de arquitetura e urbanismo no Brasil

POR FELIPE DE ARAUJO CONTIER

Recebimento do acervo de projetos do escritório Botti e Rubin no Centro Histórico e Cultural Mackenzie. © FELIPE CONTIER

¶ VIVEMOS UM MOMENTO IMPORTANTE para o futuro dos documentos históricos. Em todas as áreas da cultura temos visto discussões e ações a respeito de acervos de intelectuais, de artistas, de pessoas e de instituições atravessadas por perdas, e impulsionadas por novas ferramentas de pesquisa e difusão.

Documentos de arquitetura e urbanismo possuem especificidades que vão desde os seus formatos até os níveis de interesse e compreensão do público. No vasto universo dos acervos de arquitetura e urbanismo os acervos de profissionais e de seus escritórios possuem um enorme valor. A tarefa de preservá-los e torná-los acessíveis não são simples, mas vem sendo assumida, há quase 60 anos, por muitas pessoas e instituições comprometidas. Neste texto, organizamos um breve panorama do estado de salvaguarda desses acervos no país.

Até onde sabemos, a Biblioteca da FAUUSP foi a primeira a receber o acervo profissional de um arquiteto, o professor Carlos Millan, logo após seu falecimento em 1964. Na década de 1970 vieram os documentos de Elisiário Bahiana e Rino Levi. Mas foi nas décadas seguintes que a FAUUSP passou a receber acervos de modo mais sistemático, não apenas de ex-professores como João Batista Vilanova Artigas, Abelardo de Souza, Eduardo Corona, Ícaro de Castro Mello, Roberto Coelho Cardoso, Roberto Tibau, Joaquim Guedes, Rodrigo Lefèvre, Abrahão Sanovicz ou Eduardo de Almeida, mas também os de Carlos Ekman, Victor Dubugras, Samuel e Christiano Stockler das Neves, Ramos de Azevedo, Gregori Warchavchik, Jacques Pilon, David Libeskind, Oswaldo Bratke e Telésforo Georgio Cristófani.

Hoje a Biblioteca da FAUUSP preserva mais de 400 mil folhas de desenho, 100 mil fotografias e continua acolhendo novos acervos apesar de seus limites físicos. Com o tempo, acumulou experiência no restauro de papeis, classificação e acondicionamento de documentos, digitalização e licenciamento para publicações e exposições.

O Núcleo de Pesquisa e Documentação da FAU-UFRJ também possui larga experiência. Criado em 1982 pelo professor Jorge Czajkowski, o NPD começou seu trabalho com a organização do arquivo da Escola Nacional de Belas Artes. Hoje dispõe de mais de 200 mil documentos organizados em 26 arquivos, a maioria de professores ou egressos da escola: Adolfo Morales de Los Rios, Heitor de Mello, Emilio Baumgart, Archimedes Memória, Paulo Ferreira Santos, Jorge Machado Moreira, Carlos Leão, Luís Nunes, MMM Roberto, Affonso Eduardo Reidy, Sérgio Bernardes, Aldary Toledo, Francisco Bologna, Marcos Konder, Ulysses Burlamaqui, entre outros. Apesar de reunir documentos importantíssimos da arquitetura brasileira, a FAU-UFRJ vem sofrendo com a insuficiência crônica de recursos e já passou por dois incêndios, um em 2016 e outro em 2021, iniciado próximo ao NPD.

Em 1994, a Belas Artes de São Paulo recebeu o acervo de fotografias e os documentos pessoais do arquiteto Eduardo Kneese de Melo, que lecionava na escola quando faleceu. Esse precedente permitiu que, anos mais tarde, a instituição recebesse documentos dos arquitetos Aurelio Martinez Flores, Mauricio Tuck Schneider, Jairo Ludmer, Lelio Reiner e de João Walter Toscano. De modo semelhante, em 1996 a Universidade Presbiteriana Mackenzie recebeu 1,4 mil caixas de documentos do escritório de engenharia consultiva de Roberto Zuccolo, ex-professor da casa. Em 2018 o Centro Histórico e Cultural Mackenzie foi reestruturado e recebeu também os acervos dos escritórios Botti Rubin e Carlos Bratke.

Reserva Técnica do Centro Histórico e Cultural Mackenzie.
© FELIPE CONTIER

Desenhos do acervo de projetos do escritório Botti e Rubin.
© FELIPE CONTIER

Nos últimos vinte anos, uma série de instituições de ensino recebeu outros acervos de profissionais e escritórios. A Escola da Cidade recebeu o de Salvador Candia; o IAU-USP, os de Jorge Caron e Sérgio Ferro; a PUC-RS, os de Theo Wiederspahn e Vitorino Zani; a Unicamp, os de Antônio Luiz Dias de Andrade e Decio Tozzi; a UFAM, os de Severiano Porto e José Henrique Bento; e a UFPE, o de Armando de Holanda Cavalcanti.

Embora instituições de ensino tenham assumido o protagonismo na preservação desse tipo de documento, outras entidades também atuam nesse trabalho coletivo. Dentre as diversas fundações, institutos e associações culturais criadas após a redemocratização com o objetivo de administrar acervos de intelectuais e artistas, há algumas dedicadas à memória de arquitetos. Foi o caso da Fundação Vilanova Artigas (1986), da Sociedade Cultural Flávio Império (1987), da Fundação Oscar Niemeyer (1988), do Instituto Bardi (1990) ou, mais recentemente, do Instituto Burle Marx (2019).

A Fundação Oscar Niemeyer mantém um Centro de Pesquisa e Documentação no Rio de Janeiro e detém cerca de 10 mil documentos de arquitetura organizados em dois fundos: o do escritório brasileiro Niemeyer e o de Paris. Em 2007 a Fundação solicitou ao Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) a Declaração de Interesse Público e Social do acervo de Niemeyer, que foi decretada em 2009. Essa DIPS, que é a única em vigor para um acervo de arquitetura, impede a expatriação do acervo e garante sua salvaguarda por um arquivo público, caso a FON não queira mais mantê-lo. O mesmo poderia ser feito para evitar que outros acervos particulares de interesse público sejam expatriados, como aconteceu com os acervos de Paulo Mendes da Rocha e Lucio Costa.

Já o Instituto Bardi foi criado em vida por Lina Bo e Pietro Maria Bardi. O casal, que não teve filhos, deixou a Casa de Vidro, sua residência em São Paulo, para o Instituto, assim como todo seu acervo, incluindo biblioteca, cartas, coleção de obras de arte e objetos pessoais. O fundo P. M. Bardi está dividido entre o MASP e Milão. Já o fundo Lina Bo Bardi, formado pelos desenhos da arquiteta bem como por cerca de 15 mil fotografias, permanece na casa. Atualmente, o Instituto conta apenas com recursos de projeto culturais e leis de incentivo, além da bilheteria de visitas e do licenciamento da obra de Lina. Apesar de atravessar

períodos de dificuldades financeiras, o Instituto Bardi se tornou um centro internacional de pesquisa e, desde que seu site foi ao ar em 2012, com grande parte do acervo digitalizado, o número de publicações sobre Lina Bardi aumentou significativamente, demonstrando o sucesso da difusão de documentos pela internet.

Como esses, outros institutos dedicados à memória de arquitetos vêm preservando e difundindo suas obras, como o Instituto Maurício Nogueira Lima, em Campinas, ou o Instituto Burle Marx, no Rio de Janeiro. Este, estabelecido no Escritório Burle Marx, ainda ativo, possui cerca de 120 mil itens, incluindo 2 mil projetos paisagísticos, 75 mil fotografias e 30 mil cartas e documentos textuais. Mas os custos e dificuldades para manter os acervos seguros e acessíveis fizeram com que outros institutos análogos optassem por transferir a custódia de seus acervos para instituições especializadas. Os acervos de Artigas e Império, por exemplo, foram, respectivamente, para a FAU e para o IEB, ambos da USP. Já o de Lucio Costa ficou abrigado entre 2001 e 2019 no Instituto Antonio Carlos Jobim, até que o instituto alegou não poder mais mantê-los. O desfecho, como sabemos, foi a transferência para a Casa da Arquitectura em Portugal, onde está também o acervo de Paulo Mendes da Rocha, doado em vida pelo próprio arquiteto.

Outros arquivos de fins diversos também guardam acervos de arquitetos. Os de Mayumi de Souza Lima e Sérgio de Souza Lima estão na Fundação Perseu Abramo; os de Jarbas Karman e Irineu Breitman estão no Instituto de Pesquisas Hospitalares, criado por Karman em 1954; a parte catarinense do acervo de Hans Broos está recolhida na Fundação Hermann Hering, em Blumenau; e parte do acervo de Jorge Wilheim foi doada ao Instituto de Arte Contemporânea.

Arquivos e bibliotecas públicos sem vínculo direto com a profissão também podem acolher acervos particulares de profissionais. O do ex-prefeito de São Paulo, Prestes Maia, foi doado à Biblioteca Municipal do bairro de Santo Amaro, em 2005, que assumiu o seu nome. Mais recentemente, o acervo de Julio de Abreu foi recebido pelo Arquivo do Estado de São Paulo.
Até onde sabemos existem ao menos 126 acervos de arquitetos custodiados em 27 instituições no Brasil. Nos últimos anos o CAU vem sendo cobrado a participar ativamente desse esforço coletivo de preservação. Algumas de suas unidades já fazem a guarda de acervos do gênero, como CAU/SP, que recebeu o acervo de Miguel Pereira, ex-conselheiro federal; o CAU/RS, que guarda os acervos de Clóvis Ilgenfritz da Silva e de Armando Boni; e o CAU/MA que acolheu o acervo do escritório Bogea & Perez. Agora, o CAU/BR acaba de criar uma Câmara Temática de Patrimônio, que promete abranger a questão dos acervos profissionais.

Em outra frente, o IAB-SP começou a reunir instituições ligadas a acervos de arquitetura, sejam instituições de ensino, arquivos públicos, entidades de classe ou institutos e associações culturais, em uma Rede Brasileira de Acervos de Arquitetura e Urbanismo. O convênio entre 16 instituições fundadoras foi firmado em julho deste ano, e a partir de agora, novas instituições poderão ser incluídas. Essa articulação, se bem-sucedida, poderá promover boas práticas arquivísticas, melhorar a pesquisa e a difusão dos acervos, fortalecer a busca por recursos para a preservação de acervos, expandir a capacidade de guarda, preservar acervos em risco, propor projetos conjuntos e dar visibilidade ao trabalho que já é feito no Brasil nessa área. Num futuro não tão distante, poderá estimular exposições e publicações, criar formas de consulta unificada e contribuir para uma política nacional de acervos de arquitetura e urbanismo. ×

FELIPE DE ARAUJO CONTIER É PROFESSOR DE TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA NA FAU MACKENZIE. GRADUADO EM ARQUITETURA E URBANISMO PELA FAUUSP (2009) E DOUTOR EM TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DO URBANISMO PELO IAUUSP (2015).